

OS INTELECTUAIS E POVO: UMA PROPOSTA EDUCATIVA INTERCAMBIÁVEL

THE INTELLECTUAL AND PEOPLE: A PROPOSAL EDUCATIONAL INTERCHANGEABLE

Egberto Pereira dos Reis

Centro Universitário da Fundação Educacional Guaxupé
(UNIFEG).
egberto@libero.it

Edson de Sousa Brito

Universidade Federal de Goiás (UFG)
edsonbrito@ufg.br

Jorge dos S. Gomes Soares

Centro Universitário da Fundação Educacional Guaxupé
(UNIFEG).
jsgsoares@yahoo.com.br

Resumo. O presente artigo tem como objetivo pesquisar na Revista Eclesiástica Brasileira REB, num recorte de 1980 a 1986, a atuação de um grupo de intelectuais e como estes se articulam fundamentados em um ideário libertador e como estabelecem uma proposta educativa junto às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Levantou-se a hipótese de que o periódico pode ser uma fonte de compreensão e meio difusor da reforma intelectual e moral e também instrumento de busca pela hegemonia. Desta forma, constatou-se que no periódico emerge o chamado princípio educativo de Gramsci, que neste trabalho o visualizamos como intercâmbio educativo entre povo e intelectuais orgânicos.

Palavras-chave: Intelectuais; Saberes; Educação.

Abstract. This article aims to search the Revista Eclesiástica Brasileira – REB, in 1980 cut to 1986, the performance of a group of intellectuals and how they are organized based on an ideology liberating and as establish an educational proposal from the Basic Ecclesial Communities (CEB). The hypothesis stood up that the journal can be a source of understanding and a half diffuser intellectual and moral reform and also search tool for hegemony. Thus, it was found that in the paper emerges from the so-called educational principle of Gramsci, that this work visualize how the educational exchanges between people and organic intellectuals.

Keywords: Intellectuals; knowledge; Education.

INTRODUÇÃO

Entre os de 1980 a 1986, ocorreu um típico movimento, próprio da América latina, em que intelectuais orgânicos, em conjunto com o povo das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) na forma intercambiável de saberes, provocaram desconforto em muitos setores da sociedade civil e eclesial. (REIS, 2104) e (LÖWY, 2000). O povo aqui referido é aquele pensado por Gramsci que se utiliza do bom senso que "é outro tipo de concepção de mundo que superou o senso comum, elaborada de forma crítica e consciente, ainda que dentro de limites objetivos restritos, e que participa ativamente e conscientemente na "produção da história do mundo" (BAPTISTA, 2000, p. 188).

Buscaram um projeto ousado, em que se faz teologia e educação a partir de realidades subalternas e fundamentadas num referencial, por vezes, marxista, mas sempre evocando a tradição cristã, com impulsos do pensamento europeu. A Teologia da Libertação provocou suspeita e preocupação, por se tratar de uma proposta da reforma intelectual e moral, semelhante ao pensamento de Antonio Gramsci. Dessa forma, constata-se que o princípio educativo gramsciano desponta na REB como educação popular e política nas CEBs. O intercâmbio de saberes entre intelectuais e povo torna-se elemento fundamental, para a consistência na atuação política, pelos integrantes das comunidades eclesiais de base. Observa-se ainda que a opção pelos pobres se tornou a opção fundamental para restabelecer a essência do cristianismo. Esse desejo do grupo da REB tornou-se tão perigoso e subversivo que observamos, em suas páginas, os conflitos, as guerras de posição de frente à hierarquia católica no que tange, sobretudo, às questões de poder. Aplicaram sentenças aos intelectuais da REB, que explicitaram



a realidade eclesial e propuseram mudanças profundas numa instituição atrelada ao poder capitalista, com a intenção de manutenção e propagação de seu poder e prestígio.

OBJETIVOS

Os objetivos deste trabalho foi compreender a atuação de atores sociais na década de oitenta, onde se estabeleceu o intercâmbio de saberes, na construção mutua do princípio educativo à luz de Gramsci, que teve grande relevância político e social no cenário nacional. Para tanto, estabeleceu-se uma relação educativa entre o povo das CEBs e os intelectuais, isto é, o princípio educativo elaborado por Antonio Gramsci. Assim, a experiência educando/educador foi necessária para o intercâmbio de saberes, pois o intelectual aprende com o povo, estabelecendo a reciprocidade educativa. A identificação desses atores contribuiu para analisarmos quais disputas realizaram e se, de fato, aconteceu a troca de saberes, produzindo, desta forma, o princípio educativo. As consequências dessas disputas foram a presença de uma teologia que se tornou referência enquanto produção intelectual e, sobretudo, identificou-se com o povo das CEBs, em um movimento dialético do partido, segundo a noção de Gramsci. Os intelectuais da REB, com o povo das comunidades de base, formaram um partido comprometido com questões sociais, na tentativa de mudar a superestrutura.

METODOLOGIA

A metodologia aplicada foi a pesquisa bibliográfica, referenciada sobretudo na Revista Eclesiástica Brasileira (REB). De acordo com Lakatos (1991, p. 151), “a pesquisa bibliográfica é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes, relacionados com o tema”. Com as possibilidades de aceitar o conteúdo produzido ou dialogar criticamente com o que foi escrito, a pesquisa bibliográfica permite muito mais que a simples reprodução do que já foi dito, mas abre novas possibilidades de relações e/ou aplicações, isto é, permite o exame do tema, sob o ângulo de nossa hipótese de trabalho, o que propicia novas conclusões (LAKATOS, 1991, p.183).

É importante a utilização do método crítico de pesquisa, pelo qual nos propomos a identificar as categorias presentes na elaboração epistemológica em questão. Discutiremos o quadro teórico numa tentativa de encontrar temas convergentes e questões recorrentes, permitindo desdobramentos teóricos, nos quais Demo destaca a importância de buscar e fundamentar se existem ou não incoerências e/ou contradições nas argumentações que legitimam a prática social, (DEMO, 1990, p. 116), no caso deste trabalho, na possível afinidade eletiva entre pensamento gramsciano e a Teologia da Libertação.

OS ANOS DE 1980 E 1981: AS CEBs E O INTERCAMBIO DE SABERES

Os anos de 1980 a 1981 tornaram-se períodos de estruturação para aquilo que chamamos campo de atuação, realização e atualização do ideário Teologia da Libertação, isto é, as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) puderam vivenciar, na prática, a luta libertadora advindas da elaboração sistemática dos intelectuais da REB. Este mesmo grupo, como vimos, utilizou-se de uma fonte anterior, isto é, o Cristianismo de Libertação¹, um movimento que é mais amplo que a Teologia da Libertação, (ASSMANN; SUNG, p.81, 2010).

Nos editoriais dos referidos anos, podemos detectar que a opção preferencial pelos pobres aconteceu de forma privilegiada nas CEB's. Nesse período, torna-se ainda mais explícito o caráter do

¹ O Termo "cristianismo de libertação" será utilizado por Michael Löwy, como um movimento anterior à Teologia da Libertação, eram movimentos sociais, pastorais, que na década de 60, que possuem um caráter social.

grupo de intelectuais que partilham do mesmo ideário. No editorial do periódico de dezembro de 1980, vemos claramente o estreitar de interesses comuns.

A fim de demonstrar uma maior articulação entre povo e intelectuais, no mês de junho do mesmo ano, o editorial da revista, assinala que Clodovis Boff, visa a "uma reflexão muito pertinente, nascida de sua própria prática de teólogo e de animador de comunidades eclesiais, acentua, de modo particular, o polo que vai do povo ao agente de pastoral. O povo tem muito a ensinar" (EDITORIAL, 1980a, p. 03).

Na referida revista, encontramos, segundo Clodovis Boff (1980b), elementos sobre o fato de que o povo, em geral, favorece o intelectual/agente a ter uma visão mais crítica da sua realidade, e o povo, simultaneamente, a adquirir essa mesma consciência, e assim estabelece uma troca de saberes que favorece a construção de uma reforma intelectual e cultural. Por isso, compreende-se que o conhecimento se dá como um intercâmbio de saberes que se constroem de forma mútua, em que tanto o intelectual/agente quanto o povo têm que oferecer, na sua vivência cotidiana, pois contribui com seus saberes na formulação da consciência crítica.

De acordo com Clodovis Boff (1980b), o que o povo tem a oferecer é não somente a força econômica, isto é, a força de trabalho, mas também a força política. Dessa forma, a contribuição do saber não se encontra num nível intelectual e abstrato, mas em uma vivência concreta. A práxis no cotidiano faz com que o povo enquanto maioria se reinvente e crie suas próprias formas de luta. O intelectual/agente nem sempre é "capaz" de captar essa sabedoria, que é expressa em ditados populares e expressões em "prosas", contadas em conversas do cotidiano. O saber do povo se expressa na realidade da vida e, por vezes, verbalizada, mas não de uma forma sistematizada, mas que não deve ser ignorada, por ser o lugar privilegiado de se conquistarem mudanças substanciais na sociedade. O saber do povo é o saber da prática, o fazer, o sentir e realizar mudanças.

Clodovis Boff (1980b) descreve três níveis de saber que manifestam a contribuição do povo ao intelectual/agente. O primeiro nível é o filosófico: situado na realidade, longe de um mundo das ideias, cercado de idealização, como oferece o mundo capitalista, em que o povo está situado no grau zero da existência, onde se inicia a filosofia para buscar a verdade da própria realidade. Como vimos anteriormente, aqui se pode entender de forma ainda que aproximativa a superação ingênua do saber, para alçar ao bom senso, a fim de que se tenha uma concepção de mundo como afirmou Gramsci (2011a, p. 118).

O segundo nível é o ético: o seu "humanismo originário", a bondade, o acolhimento e a solidariedade que permeiam a vida do povo. Não se trata de atitude meramente passiva, como sujeição à classe dominante, mas é uma forma de buscar a sua própria consciência crítica, que implica necessariamente a presença de outrem. O terceiro nível é o religioso. Vale ressaltar que se trata de forma específica das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), em que o olhar histórico da fé, em que Deus age na história, busca um nível de compreensão de sua realidade, criada pela divisão de classes, que o domina e o oprime.

De acordo com Semeraro (2006), em Gramsci, detectamos elementos em que o intelectual orgânico não só ensina, mas também recebe conteúdos do povo das classes subalternas. É necessário salientar que o espaço, em que o intelectual/agente atua como ator social, incide sobre ele, isto é, o ambiente que este intelectual/agente quer transformar o influencia. Assim, ele age de forma ativa e passiva simultaneamente, recria o seu saber, ensina e apreende. A este movimento, numa linguagem propriamente filosófica a denominamos reflexão crítica, em que o sujeito dá volta em torno do próprio objeto. Porém, esta aceitação de receber e se educar pelo povo só é consentida pelo intelectual orgânico, isto por perceber "a osmose profunda dos intelectuais com as camadas populares" (SEMERARO, 2006, p. 379). Não é possível dissociar o intelectual/agente, do povo, das massas, só é possível transformar uma realidade ao conhecê-la de fato e não ao fazer abstrações, sem antes conhecer o próprio meio.

O intercambio de saberes é importante, uma vez que desperta no povo a autonomia, a mentalidade de classe, o saber da própria cultura, e ainda mais, este mesmo povo contribui para a formação progressiva do próprio intelectual/agente. Na REB, torna-se claro quando que:

Isso significa que a grande lição que o povo pode dar aos intelectuais não tem nada a ver com mensagens, mas é a lição da transformação de sua posição social (de sua imagem e de sua prática) no processo de mudança global. O povo ensina mais que aos intelectuais por suas ações e mesmo ameaças, ou então por sua solidariedade concreta, do que por qualquer outra coisa. Colocar a questão do aporte do povo em outro terreno é falsear toda a discussão. Colocá-la no terreno da teoria é colocá-la no terreno favorável ao intelectual. Tal é a tentação deste. E ele tende a isso e ele cai

nisso, porque é ele que levanta essa questão, é ele que está preocupado com isso e não o povo (BOFF, C, 1980b, p. 229).

De fato, a questão do povo não se encontra na ordem teórica, das elaborações e abstrações acadêmicas e projeções abstratas que camuflam a verdadeira realidade social. O povo encontra-se no fazer, realizar e superar, em outro significado na práxis da vida. O povo ensina no ser/fazer, pois este transmite o que é e faz. Quem se preocupa com teorias é o intelectual tradicional. Já o intelectual/agente/orgânico é o que apreende com o ser/fazer do povo. Clodovis Boff sugere que esta é uma forma de desalienação do próprio intelectual, que, na sua prepotência e idealismos abstratos, pensa estar ligado à práxis, mas, de fato, desconhece o saber do povo.

Foi o racionalismo – em base à divisão do trabalho de corte capitalista – que armou artificialmente e cultivou a divisão e oposição entre conhecimento comum e conhecimento racional, crítico ou científico. E é a sua ditadura que ainda falseia essa relação. Em reação a ele, a fenomenologia cansou de mostrar que a experiência vivida do mundo é o húmus originário de todo o saber científico. Tal vista já se encontra em Aristóteles, para o qual a verdade principiava a “*áisthesis*”, ou na sensação, sendo que só com base nela é que se poderia chegar até ao conceito (BOFF, C, 1980b, p. 236-237).

O intelectual, por tantas vezes, compreende que o povo vive somente no nível do senso comum, a nutrir ignorância, com postura de passividade diante dos fatos da vida. Esta não verdade aceita pelos intelectuais tradicionais é demonstrável, na resistência popular, seja por manifestações, protestos, perturbação da ordem pública, seja na criatividade cotidiana capaz de superar as mazelas da vida. Esta resistência à classe dominante compreende um ato de poder, mas, sobretudo do poder do povo.

Porém, a burguesia e os intelectuais tradicionais entendem que o povo vive na pobreza devido à preguiça, à vida ociosa e não faz uso de um processo cognitivo capaz de se livrar da própria realidade. Esta visão preconceituosa própria da classe dominante ignora a realidade sofrível em que vive o povo. Esta vida preguiçosa, segundo a classe dominante, estende a não capacidade de elaborar de forma sistemática a própria realidade. Na verdade, o povo conhece quem o oprime, de quem deve se libertar e elabora uma reforma intelectual e moral que se estende à vida econômica.

O espírito criativo (SEMERARO, 2006), próprio do povo, que nas suas experiências vivenciadas possui uma visão de mundo, faz uma leitura da própria realidade. É neste sentido que podemos compreender Gramsci, quando ele diz que todos são intelectuais, de uma forma ou de outra, a intelectualidade possui o caráter de coletividade. É neste momento que se deve “reconhecer a relação de reciprocidade entre os sujeitos que aprendem e ensinam ao mesmo tempo” (SEMERARO, 2006, p. 379).

Essa visão totalmente inovadora e revolucionária rompe com a concepção do intelectual “superior” e separado, como o filósofo “detentor da verdade” e guia da pólis que se formou a partir da tradição platônica do filósofo-rei. As ideias de Gramsci passam a fundamentar a formação dos novos intelectuais na práxis hegemônica dos subalternos, cujas lutas teóricas e práticas buscam criar uma outra filosofia e uma outra política capazes de promover a superação do poder como dominação e construir efetivos projetos de democracia popular. (SEMERARO, 2006, p. 308).

A educação informal pensada por Gramsci supera a da escola, mas isto não quer dizer que ele não desse a devida importância para a educação escolar. Aliás, Gramsci trata a respeito da escola unitária que superasse a cisão entre o conhecimento/ensino técnico-científico do conhecimento/saber humanístico. Esta superação levaria ao desenvolvimento, não somente especializado, mas ampliaria seus horizontes e levaria o povo (operário) a libertar-se das amarras e do jugo da classe dominante.

É importante salientar que se estabelece uma troca de saberes, não uma hierarquia ou subjugamento, e afirmar que não existe uma forma de conhecimento superior. O que existem são diferenças de saberes que podem contribuir para a formação da consciência crítica. O povo não reflete de modo sistematizado, igual ao intelectual, mas o faz à sua maneira. Compreendem os grandes problemas da vida, como a política, a economia, relações humanas, a morte, dentre outros. Porém, possui a realidade da vida, como forma de captar e fazer uma leitura e, tantas vezes, releituras da própria realidade.

Encontramos, nas páginas da revista, suas apreciações, dentro de um espírito crítico que ajuda a caminhada e, ao mesmo tempo, profundo engajamento pela causa da libertação integral que ocorre nas CEBs. Além da ciência, existe, nos analistas, fé e compromisso pessoal com esta Igreja que nasce da fé do povo oprimido. **Não existe quase nos membros das comunidades eclesiais de base alergia ao conhecimento teórico.** Ao contrário, nota-se grande fome de saber como exigência dos desafios e das práticas. Por isso estimam sobremaneira aqueles intelectuais que entram em sua caminhada. **O aprendizado mútuo é extremamente frutuoso,** como se pode constatar no teor destes estudos. (EDITORIAL, 1981d, p. 641) (Grifo nosso).

O intercâmbio de saberes ocorre dentro das comunidades de base, por iniciativa do próprio povo que começa a tomar gosto por um conhecimento sistematizado. Aqui entendemos que o cristianismo de libertação acontece continuamente, de forma dialética, isto é, a elaboração e a troca de saberes sempre retornam à base, que se reinventa e oferece algo de novo, para ser reelaborado de forma conjunta com os intelectuais orgânicos (LÖWY, 2000). No entanto, vale ressaltar que este mesmo povo tem muito a oferecer aos intelectuais da REB. Assim, compreendemos que a prática exercida pelo povo, em busca da libertação integral, faz-se com um conhecimento prévio, não só adquirido de forma passiva, mas também construído conjuntamente, povo e intelectuais.

Este intercâmbio de saberes com a libertação leva inevitavelmente à Educação Popular, que, num nível eclesial, trata-se na prática da relação entre fé e política. A Igreja que nasce das bases, que se organiza para buscar melhores condições de vida, por vezes, pensa em mudanças do sistema e até mesmo em revolução do operariado, permanente como foi sistematizado por Gramsci, se dá através da auto-educação, para a emancipação política (DEL ROIO, 2006).

A partir de 1964, com o golpe militar, as CEBs passaram a ter uma importância que até então elas não tinham. Isto porque, como quase todos os movimentos populares foram praticamente reprimidos pelo governo, o único espaço que sobrou para as camadas populares se organizarem foi o espaço das CEBs. O poder militar no Brasil se sentiu no direito de interferir em todas as instituições do país - a ponto de nomear um oficial da Aeronáutica para ser reitor da Universidade de Brasília, ou um major para ser diretor de empresa. O que não dava era nomear um general para ser arcebispo de São Paulo! Então, praticamente, a Igreja ficou como único espaço em que as classes populares podiam se reorganizar à sombra de um trabalho pastoral. Isso provocou uma explosão das CEBs no Brasil (BETTO, 1985, p. 28).

As CEBs, como conhecemos hoje, surgiram como uma opção democrática dentro de um sistema opressor e interventor, que procurava silenciar qualquer manifestação e reivindicação, ainda mais, se parecesse ou se os órgãos do governo suspeitasse de "influência" comunista. As CEBs aparecem como uma alternativa de resistência e de organização frente ao regime militar. O governo havia praticamente silenciado os movimentos de esquerda; dessa forma, um movimento de caráter religioso, preocupado com interesses especificamente eclesiais, aparentemente sem importância social, tornar-se-á lugar de fomentação de movimentos populares.

Essas comunidades, através do trabalho de educação popular, começaram a servir de sementeira para os movimentos populares. Das comunidades que se encontravam para rezar, para nutrir e cultivar a sua fé, surgem movimentos populares, como movimentos por creches, água, luz, defesa da terra (zona rural), custo de vida etc., que vão se formar além das fronteiras da Igreja. Aqui não participa só quem é cristão. Participa quem é o povo interessado em suas reivindicações (BETTO, 1985, p. 28).

A Educação Popular tornou-se uma das características das CEBs, pois além de se alastrarem, alcançaram um patamar de atuação que o elemento educacional encontrava-se solidamente no interior destas comunidades. Assim, como Gramsci entendia que os trabalhadores da fábrica podiam geri-la (NOSELLA, 1992), assim também os membros da CEBs tornam-se capazes em reivindicar e se movimentarem por melhores condições de vida através da atuação política.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ainda que de forma sutil, a educação nas CEBs, tem uma particularidade que é sustentada por Frei Betto (1985) e por Luis Eduardo W. Wanderley (1981d) em um artigo publicado na REB, com o título: Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e Educação Popular. Neste artigo, o autor faz uma importante distinção: a educação popular possui maior coerência, quando produzida pelas classes populares; diferentemente daquelas que são produzidas para as classes sociais. Ao referir-se a educação que emerge das e pelas classes populares (WANDERLEY, 1981d), sugere que seus próprios agentes produzem seu conteúdo. Diferentemente da educação imposta por agentes externos, de forma tradicional, que represente interesses de uma classe autoritária e elitista. O autor salienta também a existência de "uma educação conjunta com membros das classes populares, através de meios e instrumentos mais democráticos, procurando maior igualdade na relação educador-educando" (WANDERLEY, 1981d, p. 688). Evidentemente, esta distinção na educação "feita" pela ou para as classes populares, evidencia interesses de classes, que são acordados. A educação pela classe popular demonstra empenho nos:

[...] interesses estruturais das classes populares, dados por sua inserção no processo de produção capitalista, tais como eliminar a exploração no trabalho, negar e superar o sistema etc., quando os interesses concretos expressos na luta cotidiana destas classes contra os proprietários dos meios de produção e sua instância representativa máxima - o Estado. Esses últimos interesses variam historicamente, encontram-se em todos os níveis sócio-econômicos-políticos-culturais, e ligam-se ora mais diretamente com a produção (por exemplo, melhoria das condições de trabalho, dos salários etc) ora mais diretamente à reprodução da força de trabalho, aos meios de consumo coletivos (por exemplo, reivindicações de água, luz, transporte, habitação etc) (WANDERLEY, 1981d, p. 688).

Semelhante ao que (WANDERLEY, 1981d), salientou, João Batista Libânio (1981b), no artigo Igreja: povo oprimido que se organiza para a Libertação, distingue entre as CEBs que estão ligadas à hierarquia, portanto são mais "fortes", ligadas aos sacramentos, mas que buscam nas reivindicações e nas lutas junto aos sindicatos dar sustentação aos movimentos sociais. Estas comunidades de base se aproximam daquela noção de educação para as classes populares, porém, sem esquecer que estas iniciam uma desvinculação de dependência do clero. Existem também, e são mais comuns, as CEBs que nascem a partir de círculos bíblicos, em que o cerne é a relação Palavra de Deus com a vida, onde se discutem as "necessidades imediatas e prementes". Existe, nessas duas conjunturas, um elemento decisivo em todas as comunidades que é "articulação fé e vida, compromisso com as lutas e Evangelho, a inspiração da Palavra de Deus e os problemas concretos" (LIBÂNIO, 1981b, p. 287).

O dualismo visto anteriormente entre espiritual/religião e política/economia é superada pelo encontro entre fé e vida. É importante salientar que a concretude da vida nas CEBs fez transcender um pseudoproblema, que agora se tornou a força motriz em favor da libertação. Tanto Libânio (1981b) como Wanderley (1981d), e Frei Betto (1985), concordam que as CEBs se desenvolvem e ganham vitalidade na tentativa em responder de forma concreta as necessidades que cercam a vida humana. No entanto, as CEBs, segundo estes mesmos autores, deram passos maiores num processo de conscientização; assim entendemos "que a ideia de educar a partir da realidade viva do trabalhador [...] constituem a alma da concepção educativa em Gramsci (NOSELLA, 1992, p.36)

Logo que as comunidades estão mais estruturadas, as pessoas se conscientizam de elementos condicionantes da realidade local ou mais abrangente, as reivindicações se tornam mais socializadas, as necessidades de formas mais organizativas coletivas mais permanentes ganham corpo: assim surgem as cooperativas, os sindicatos, as comissões de direitos humanos e outras modalidades de associações populares. **Tudo isto tem aspectos pedagógicos evidentes:** elimina-se a "educação bancária", a educação rural inadequada, o elitismo, as ideias vagas e abstratas que não deitam raízes, o oportunismo. Com base nessas necessidades, num segundo passo, passa-se a exigir mais e **melhor conhecimento para desvendar as causas, as estruturas e os processos, e para fornecer elementos que aperfeiçoem as práticas** (WANDERLEY, 1981d, p. 690). (*Grijo nosso*)

Os aspectos pedagógicos saltam aos olhos, por alcançar, ainda que de forma aproximativa, o que Gramsci chama de bom senso, ou seja, a superação do senso comum, que é a filosofia primitiva, que se

vive, em diversos meios culturais. Aliás, o próprio Gramsci constatava e denunciava que a Igreja de seu tempo mantinha a filosofia dos subalternos no senso comum, isto é, numa filosofia primitiva. O bom senso de fato é o que as CEBs realizam, obtendo uma nova concepção de mundo, conhecendo a própria realidade, os mecanismos causadores de pobreza e opressão.

O “bom senso” é outro tipo de concepção do mundo que superou o senso comum, elaborada de forma crítica e consciente, ainda que dentro de limites objetivos restritos, e que participa ativamente e conscientemente na “produção da história do mundo”. Vale salientar que, mesmo os indivíduos não atingindo o bom senso, eles participam da história. Entretanto, é somente através da formação de uma concepção do mundo, crítica e consciente, que o sujeito compreende a sua posição no grupo social e se compreende enquanto protagonista na produção da história. A formação dessa concepção estaria ligada ao trabalho, à vida e à ciência. Daí o papel fundamental que a educação (em sentido amplo e incluindo a escola) desempenha nessa formação. A elevação política de um grupo social implica, segundo Gramsci (1995, p. 14; 36), trabalhar na construção de uma nova filosofia, ou seja, definir sua própria filosofia e combater o senso comum, visando à formação de uma nova concepção do mundo, mais unitária e autônoma, em todos os aspectos da existência. Um trabalho filosófico que deve ser concebido como luta cultural (BAPTISTA, 2000, p. 188-189).

As concepções de mundo elaboradas pelo povo das CEBs ajudam a compreender os mecanismos econômicos e políticos de exploração causadores de pobreza. Para isso desenvolveu-se, no interior das CEBs, uma pedagogia popular para que seus membros "desvendem as contradições e alienações do senso comum, alcancem níveis crescentes de formação, e incorporem criticamente elementos da filosofia da práxis" (WANDERLEY, 1981d, p. 700). Para este desenvolvimento, as CEBs adotaram o conhecido método VER - JULGAR - AGIR. Basicamente o método compreende no VER o estudo da realidade concreta e circundante, seus meios e suas "teias" de relações, o JULGAR, deve ser feito à luz do Evangelho, da doutrina da Igreja e das reflexões teológicas, e aos poucos adentrou outros elementos oriundos de diversas ciências, ainda que de forma elementar. É o AGIR que trata da aplicação que é o "fruto direto do modo como se processavam os dois momentos anteriores (WANDERLEY, 1981d, p. 691). Desta pedagogia popular emergem técnicas e processos pedagógicos que auxiliam na elaboração de uma nova concepção de mundo e na busca da reforma moral e intelectual da sociedade.

As CEBs estão elaborando uma *original pedagogia popular*, que utiliza vários desses métodos e técnicas, ademais de outros criativos e imaginosos, adaptados às condições e recursos locais. No IV Encontro, as manifestações dos participantes, objetivando exprimir as conclusões de debates em grupos e assembleias, através de relatórios escritos em cartazes e com desenhos a guisa de resumo, através de dramatizações, através de músicas, foram de molde a deixar os assessores encantados. Tal era a riqueza, a perspicácia, o humor, que demonstravam, dentro de seus limites, a sabedoria do saber popular (WANDERLEY, 1981d, p.697- 698).

O elemento motivador aqui, evidentemente é o da fé que, aliás, nas CEBs conjuga-se com o da vida, no cotidiano. Assim, o aspecto de uma fé intimista simplesmente é deixado de lado e acentua-se o aspecto comunitário por meio do qual se toma consciência dos direitos, da política e dos problemas sociais que afetam diretamente a vida humana. Essa tomada de consciência nas CEBs acontece, sobretudo, nas celebrações, que são inicialmente momentos em que se apreende a partir do evangelho a superação entre fé e vida. Dessa forma, na CEBs constatou-se "que a fé não é nenhum adereço na lapela da vida, mas o horizonte a partir do qual tudo é globalizado sem com isso negar consistência às realidades seculares ou políticas", assim nessas comunidades supera-se e se "evita o paralelismo e a justaposição do religioso e do secular, do cúlctico e do ético, tão encontradiço num cristianismo intimista de versão burguesa" (WANDERLEY, 1981d, p. 695).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir desta conexão entre fé e vida, e da pedagogia popular emergem de forma significativa práticas políticas e sociais libertadoras a partir da reflexão bíblica; os cultos não se restringem somente a ritos

sacramentais, mas celebram de fato uma nova concepção de mundo. Dentro dessas práticas libertadoras destacamos algumas:

- A confrontação da vida concreta com a Palavra de Deus, isto é, a ação na vida social e política são pautadas e iluminadas a partir da mensagem evangélica;
- O despertar das comunidades para questões e problemas sociais reais;
- O desenvolvimento da consciência e reivindicação de direitos dentro da sociedade;
- Capacidade de organizar e mobilizar grupos como: mutirão, grupos de mãe, amigos de bairro, os sindicatos, movimentos populares e partidos políticos;
- A importância do desenvolvimento da consciência crítica e da consciência de si mesmo, dos integrantes das comunidades como pessoa humana, gente e cidadão;

REFERÊNCIAS

ASSMANN, H.; SUNG, J. M. *Deus em nós: o reinado que acontece no amor solidário aos pobres*. São Paulo, Paulus. 2010.

BAPTISTA, M. G. A. Práxis e educação em Gramsci. © Filosofia e Educação (Online), ISSN 1984-9605 – *Revista Digital do Paideia*. Volume 2, Número 1, Abril-Setembro de 2010.

BOFF, C. A Igreja, o Poder e o Povo. *Revista Eclesiástica Brasileira*. v. 40, nº 157. p. 11 - 47. Março de 1980a.

BOFF, C. Agente de Pastoral e Povo. *Revista Eclesiástica Brasileira*. v. 40, nº 158. p. 216 - 242. Junho de 1980b

BOFF, C. CEBs e práticas de Libertação. *Revista Eclesiástica Brasileira*. v. 40, nº 160. p. 595 - 625. Dezembro de 1980d.

DEL ROIO, M. *Gramsci e a Educação do Educador*. Cad. Cedes, Campinas, Vol. 26, n. 70, p. 311-328, set/dez. 2006.

EDITORIAL. *Revista Eclesiástica Brasileira*. v. 40, nº 157. p. 3. Março de 1980a.

EDITORIAL. *Revista Eclesiástica Brasileira*. v. 41, nº 164. p. 641. Dezembro de 1981d.

FREI BETTO. Comunidades Eclesiais de Base e Educação Popular. In: FLEURI, Reinaldo Matias. *Movimento Popular, Política e Religião*. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

GRAMSCI, A. *Lettere dal Carcere*. Turim: Einaudi Editore, 1949

GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011a. Vol 1.

GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011b. Vol 2.

GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011c. Vol 3.

GRAMSCI, A. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

LAKATOS, E. *Metodologia Científica*. São Paulo: Atlas, 1991.

LIBÂNIO, J. B. Igreja: Povo oprimido que se organiza para a libertação. *Revista Eclesiástica Brasileira*. v. 41, nº 162. p. 279 - 311. Junho de 1981b.

LÖWY, M. *A Guerra dos Deuses: religião e política na América Latina*. Tradução de Vera Lúcia Mello Joscelyne. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

REIS, E. P. *Os Intelectuais da Libertação e o Intercâmbio Educativo: uma Leitura Gramsciana da Revista Eclesiástica Brasileira (1972 - 1986)*. F. 245. Tese (Doutorado em Educação); Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.

SADER, E. (Org.) *Gramsci: Poder, Política e Partido*, São Paulo: Expressão Popular, 2005

SEMERARO, G. *Intelectuais “orgânicos” em tempos de pós-modernidade*. Cad. Cedes, Campinas, vol. 26, n. 70, p. 373-391, set./dez. 2006.

WANDERLEY, L. E. W. Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e Educação Popular. *Revista Eclesiástica Brasileira*. v. 41, nº 164. p. 686 - 707. Dezembro de 1981d.

MINIBIOGRAFIA

Egberto Pereira Dos Reis (egberto@libero.it)



Possui graduação em Filosofia pelo Instituto Coração de Maria, graduação em Teologia pela Faculdade Dehoniana, graduação em Licenciatura em Filosofia pela Universidade de Franca, mestrado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma e doutorado em Educação pela Universidade Federal de São Carlos. Atualmente é professor da União dos Cursos Superiores SEB e coordenador do Curso de Filosofia Presencial e a Distância no Centro Universitário da Fundação Educacional Guaxupé (UNIFEG). Tem experiência na área de Filosofia, com ênfase em Filosofia, atuando principalmente nos seguintes temas: ética, ética profissional, vida ética, filosofia e comportamento ético, antropologia filosófica, epistemologia, teoria do conhecimento e filosofia da educação, história e educação e memória da educação.

Link para currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7689635605346521>

Edson De Sousa Brito (edsonbrito@ufg.br)



Possui graduação em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (1999), mestrado em Filosofia pela Universidade Federal de Goiás (2002) e doutorado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (2013). Atualmente é membro da comissão assessora de área do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, professor titular da Universidade Federal de Goiás e pesquisador da Universidade Federal de Goiás. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Filosofia jurídica, atuando principalmente nos seguintes temas: direitos humanos, educação, ética, filosofia e direito.

Link para currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6645760028100883>

Jorge Dos Santos Gomes Soares (jsgsoares@yahoo.com.br)



Possui mestrado em FILOSOFIA- PUC-SP (2005), graduação em PEDAGOGIA - UEMG (1998), curso de FILOSOFIA pela FACULDADE ECLESIASTICA DE FILOSOFIA JOÃO PAULO II (1995), LICENCIATURA EM FILOSOFIA pela FAERPI (2014), curso Livre em TEOLOGIA pelo INSTITUTO SUPERIOR DE TEOLOGIA DA ARQUIDIOCESE DO RIO DE JANEIRO (1996), Especialização e formação em PSICANÁLISE CLÍNICA(2000) e NEUROEDUCAÇÃO (2010). Atualmente é diretor e professor da FACULDADE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ENSINO DE MOCOCA, Professor de Filosofia no UNIFEG, Presidente do Conselho Municipal de Educação, Presidente da Agência de desenvolvimento de Mococa. Atua nas áreas: gestão administrativa/pedagógica, docência em ciências humanas, clínica psicanalítica e neuroeducação/neurociência e dificuldades de aprendizagem, Ignição Digital - Formula de lançamento, Consultor de Marketing Digital, Fundador do Instituto Internacional da Mente. Outras informações: Natural do Rio de Janeiro. Mora em Mococa desde 2004. Atuou como voluntário em diversas instituições como: Lar Maria Imaculada, Creche Madre Carmem Salles, Centro de ressocialização de Mococa - CR, Obras Sociais da Paróquia de Santa Luzia, Comunidade terapêutica Emaús. Atuou como coordenador da Medidas sócio -educativas, casa de acolhimento de crianças e adolescentes. Palestras nas comunidades religiosas da cidade, grupos, Alcoólicos anônimos, comunidade terapêutica de Dependência química. Pastoral social da paróquia de São Domingos. Fui conselheiro municipal: CMDCA, Assistência social, saúde e Educação.

Link para currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9624544260361510>